



Ana Clara Torres Ribeiro*

Homens Lentos, Opacidades e Rugosidades

58

* professora IPPUR UFRJ, coordenadora LASTRO

“Fazendo a vida apesar e com o que simplesmente aí está e é...”

SOCIOLOGIA E URBANISMO

Há um diálogo interdisciplinar em construção, nesses tempos difíceis, que resiste a uma análise sistemática. Essa resistência, creio, origina-se do predomínio de acordos tácitos, dos consensos muito rápidos, da tentação pelas grandes sínteses e das imagens impactantes do presente, além da influência do pensamento operacional e pragmático, que desaconselha investimentos intelectuais de maior duração.

A afirmação famosa do Manifesto do Partido Comunista de que, sob o domínio da burguesia, tudo que é sólido se desmancha no ar, contém uma verdade sempre atualizada: o capitalismo constrói e destrói. A sua dinâmica implica no controle da natureza e dos outros homens e, também, na profanação de escrituras, leis, limites e certezas pretéritas. Mas, nem sempre se desmancha no ar

o que é realmente sólido (Ribeiro, 2007). Para a existência de permanências, além da materialidade historicamente produzida, intervêm os limites do próprio capitalismo no que concerne a sua capacidade de promover uma sociedade unitária, harmoniosa e equilibrada.

Afinal, a integração social encontra-se subordinada à garantia das condições gerais da acumulação capitalista, o que, aliás, de limita os contornos da crise da civilização ocidental. Nos meandros desta crise, subjazem o anseio pela transformação do futuro em mercadoria, mesclada às inovações tecnológicas, e a reprodução ampliada das contradições e desigualdades sociais. Em decorrência dos limites da mudança social produzida pelo avanço do capitalismo, o presente é tão marcado por “renascimentos” auspiciosos – como exemplificam as lutas indígenas – e, na face contrária, pela preservação das formas mais cruéis de exercício do poder, reproduzidas sob o abrigo do discurso democrático formal.

A sociedade hierárquica, a sociedade das oligarquias e do nepotismo, não se desmanchou após décadas de modernização capitalista intensa: está aí, inteira, com novos conteúdos e ferramentas. De um lado, temos mudanças muito velozes, que instauram o clima adequado ao império da moda e à busca insaciável por inovações tecnológicas, renovando os mercados e criando espaços luminosos. De outro, temos cristalizações e estagnações indicativas da ação estratégica que orienta a dialética construção-destruição na última modernidade. Principalmente nas sociedades periféricas, nem toda mudança é, afinal, necessária ao capital, o que permite a manutenção de alianças inter elites que são úteis no alcance de condições excepcionais de produção, apoiadas na manipulação de regras e no acesso ao capital público, e no agenciamento das contradições sociais.

Os impulsos globais não produzem (ou exigem)

homogeneidade ou coerência societária, a não ser no que concerne o arcabouço institucional que protege investimentos, a eficácia dos serviços e a fluidez que permite a realização do lucro. Por isso mesmo, esses impulsos – compostos por informação, técnica, ação corporativa e alianças políticas – escolhem muito bem os alvos da destruição economicamente útil. A escolha desses alvos é cada vez mais precisa, exata, levando a que esferas da vida social permaneçam imutáveis ou sofram apenas ajustes superficiais da aparência. Nessas circunstâncias, convivem flexibilidade e imobilismos radicais, que desafiam o diálogo interdisciplinar. A tensão do devir, quando lida com as lentes desse diálogo, manifesta-se como transpasse de fronteiras disciplinares estabelecidas, o que pode estimular temor de perdas de conhecimento. Um temor que só pode ser relativizado através do recurso à filosofia ou à arte.

Na experimentação desse recurso, como transparece em tantos autores contemporâneos, a relação sujeito-objeto articula ciência a percepções do imediatamente vivido. Como nortes dessa articulação, cito, muito rapidamente, corpo e cultura, materialidade e sociabilidade ou, como propôs Milton Santos, técnica e tempo, razão e emoção. Há tensões dialéticas que atingem quase diretamente a subjetividade do analista, instaurando os termos de uma reflexividade que permanece em grande parte oculta sob camadas de racionalização ou sensibilismos. É de dentro (e junto) com estas tensões que emergem categorias e conceitos que, longe de propiciarem o rápido alcance de grandes sínteses analíticas, estimulam deslocamentos nas relações sujeito-objeto do conhecimento, criações de método e novos compromissos éticos da pesquisa científica.

Trata-se, sobretudo, de uma ética da inclusão que implica na adoção do “com” e do “junto” como diretrizes da ciência aceitável, o que modifica a natureza do distanciamento e do estranhamento

antes exigidos do analista da vida coletiva. Além de tocar diretamente no poder detido pela ciência, a adoção do “com” e do “junto” transforma a percepção do pesquisador, permitindo que reconheça não apenas os sentidos destrutivos da ciência – este fruto tão marcante da modernidade – mas, também, as hibridações socialmente necessárias entre saberes e práticas sociais. Tal reconhecimento sustenta, por exemplo, a proposta do conceito de homem lento. Um conceito que enfrenta as manifestações mais fortes da ideologia dominante, como as relacionadas com a velocidade e a eficácia, e permite valorizar (e aprender com) as experiências dos muitos outros.

TERRITÓRIO E ESPAÇO PÚBLICO: DESCONSTRUINDO CONSENSOS

Vive-se, de forma silenciosa, um novo tipo de mal estar, resultante de bloqueios não explicitados ao pensamento radical e livre. Esse impedimento decorre de uma verdadeira sobrecarga de senso comum e de informações desconexas mantidas num plano pré-analítico. Com tanta euforia participativa e tantos ativismos espetaculares, define-se um período contraditoriamente marcado por riscos de consenso aparente e carregado de violência simbólica e, assim, de mecanismos de coerção que desafiam, particularmente, a arquitetura e o urbanismo. A lógica imediatista do mercado, portadora da modernização passiva reconhecida por Gramsci, cria acomodações e concordâncias não verbalizadas com relação a processos assustadores, onde se incluem a banalização da violência e a competitividade sem limites. Temos, portanto, um presente que exige o retorno reflexivo aos dilemas da condição humana, com toda a sua miséria e grandeza. Eis aqui, talvez, a última (e primeira) fronteira a ser trabalhada pelo diálogo interdisciplinar. Trata-se da necessidade de desencantar acordos tácitos; de conceber novos objetos de estudo e de criar áreas mais sólidas para a

reflexão intersubjetiva e ética das condições de vida da maioria.

Lefebvre, em *Lógica Formal, Lógica Dialética*, afirma ser necessário refletir tanto o movimento, o devir, quanto o pensamento do movimento, a história social das idéias. O pensamento crítico precisaria, assim, articular o movimento do pensar, criador de conceitos e de novas leituras do mundo, e o pensar o movimento, ou seja, a compreensão das transformações em curso. Necessitamos nos mover e compreender, simultaneamente, as condições históricas que trazem esta necessidade, considerando as características de um presente marcado pela modernidade radicalizada que, para os países periféricos, adquire a fisionomia da uma brutal modernidade tardia, profana e profanadora de formas de convívio e de arranjos sociais lentamente decantados.

Na atual conjuntura, experimentam-se as consequências de velozes mutações do capital, que reúnem o muitíssimo novo a formas de acumulação primitiva, sendo a possibilidade desta reunião uma das mais importantes concreções de uma experiência coletiva ideologicamente apresentada como “sem fronteiras” e ubíqua. O novo dinamismo do capital, especulativo e investigativo, retorna a espaços e práticas sociais antes tidos como superados ou demasiado atrasados, submetendo formas pretéritas de produzir e, especialmente, de reproduzir a vida. Trata-se, aqui, da manifestação de uma capacidade articulatória entretecida à cultura, de onde são extraídas criação e inovação. Vigora, hoje, uma acumulação primitiva de novo tipo que, ao mesclar economia e cultura, anima os mercados.

São esses nexos, postos em operação estratégica, que ameaçam as descobertas cotidianas do homem lento e as ousadias da resistência, ao pensamento dominante, experimentadas no cerne do fazer arquitetura e urbanismo hoje. Há riscos de aprisionamento dos anseios libertários nas malhas

do fazer dominante, cada vez mais ágil em sua capacidade de captura do novo e do diferente para o estímulo dos mercados e para as metamorfoses simbólicas da mercadoria. Instaure-se, assim, uma vigilância altamente instrumentalizada de novo tipo, que pode ser reconhecida tanto nos inovadores dos mercados quanto naqueles que a eles resistem.

Emerge, assim, um novo metabolismo do capital, que alerta para os limites do ponto (ou ângulo disciplinar) de observação do presente. Um ponto instável, criado em um lugar periférico e, por isso mesmo, mais complexo, como disse Milton Santos. Mais do que isso: hibridam-se velozmente influências intelectuais e, em contraste, anseia-se pela estabilização do pensamento, o que pode favorecer, no atual período histórico, irrefletidos conservadorismos. Sem dúvida, existem ameaças conservadoras, tantas vezes não ditas, nos próprios caminhos do pensamento crítico, fazendo com que o diálogo entre saberes e a maior equalização entre sujeito e objeto do conhecimento possam ser acusadas de omissão propositiva e, até mesmo, de “suicídio” disciplinar, associado à perda de conhecimento.

Este é, portanto, um período de navegação difícil e de altíssimo risco de perdas simbólicas relevantes para os que ousam propor os conceitos e os métodos da resistência ao pensamento dominante. Estes riscos cercam alguns dos principais conceitos propostos por Milton Santos, tais como: homem lento, território usado, espaço banal, rugosidade. Estes mesmos riscos podem ser reconhecidos, com os instrumentos da sociologia orientada pelas teorias da ação, nos caminhos percorridos pelos que se opõem ao pensamento dominante no campo da arquitetura e do urbanismo. Estes riscos podem ser rapidamente referidos através da dialética entre desqualificação / recusa e captura / destruição de sentidos libertários.

A nova forma do capital é informacional e cognitiva. Este capitalismo apóia-se em pesquisa focada, informação estratégica e raciocínio especulativo e, em síntese, nas condições gerais da produção que correspondem à hegemonia do capital financeiro. Os desígnios desta fração do capital atravessam muros físicos e simbólicos e, ainda, ambientes favoráveis ou adversos, descobrindo renovadas fontes de lucro e propiciando a concentração da riqueza. Consolida-se um período gerador de grandes impactos sobre o espaço herdado e as instituições. As condições gerais da produção conjugam redes organizacionais e áreas de concentração dos seus insumos / produtos mais significativos ou exemplares.

Afloram, com crescente nitidez, as características da reestruturação espaço-social esculpida pela reestruturação produtiva através de centralidades exclusivas, vias rápidas e intervenções fragmentadoras no espaço herdado; um espaço que perde alguns dos seus nexos com a totalidade em movimento. Surgem novas voracidades – que incluem energia, imagem e consumo – que, disfarçadas em ajustes de conduta, como ilustra o enaltecimento do corpo e do verde, desvelam as condições necessárias à obtenção do lucro excepcional e hipotecam o futuro aos produtos do capital financeiro. Agora, as contradições sociais adquirem conotações e escalas mais amplas, como mostraram as crises, mais recentes, que transformam protestos em fenômenos de multidão. Afirma-se que o Brasil teria escapado dessas crises, como se não existissem custos nas condições de vida resultantes do aumento exponencial do número de automóveis e do incontido endividamento das famílias.

A observação dessas últimas crises evidencia uma face muito cruel da última modernidade, a que diz respeito ao uso, sem qualquer tipo de controle social, das heranças culturais e do capital

público. Os custos da especulação financeira foram socializados com os mais pobres, nos países centrais e periféricos. Teve-se uma socialização brutal da crise de acumulação. Os recursos públicos foram arrastados para conter o declínio dos bancos oriundo das denominadas táticas especulativas. O arrasto de recursos públicos e a redução de direitos sociais, que explica parte da geografia da produção, evidenciaram a destruição que acompanha a história recente da modernização capitalista. Isso mostra bem o quanto é incerta a nossa experiência coletiva e o quanto é necessário atualizar a leitura das articulações espaço - sociedade que têm origem na ação dominante.

A acumulação de capital comandada pelo capital financeiro radicaliza práticas de convencimento apoiadas na visão. Aumenta a sobrecarga de imagens e de leituras outorgadas da experiência social, em plena era de enaltecimento da interatividade. É muito difícil combater a sedução da imagem com o verbo, a filosofia e a arte, que exigem tempo e atenção. No presente, também é particularmente difícil trabalhar com conceitos, já que estes se encontram pressionados pela ampliação incessante do número dos objetos e pela instabilidade social, aí incluindo as fraturas da sociabilidade. Existem desafios relacionados à preservação da reflexão diante do poder de convencimento da imagem e, sobretudo, das várias linguagens que prometem representar o espaço com perfeição. Como conceber os conceitos necessários à reflexão de futuros alternativos? Como reconhecer a diferença entre um termo operacional e um conceito teoricamente consistente? Como encontrar práticas e palavras que possam reduzir a influência dos consensos superficiais? Afinal, as novas linguagens são muito mais sedutoras e brilhantes do que os nossos conceitos, que implicam em árduas escolhas.

O recurso, antes citado, à filosofia e à arte talvez deva orientar uma espécie de aliança entre

cientistas sociais e comunicadores, dirigida à superação da passividade frente à torrente das representações dominantes da vida coletiva que alimentam o senso comum. Nesta direção, e retornando ao diálogo entre sociologia e urbanismo, destaca-se, pelas características do presente, a diferença entre atividade e ação. A atividade reitera o que já existe, a percepção funcionalista do mundo, enquanto a ação descobre o que ainda não existe. Só há potencial libertário na ação e, não, na atividade. Frequentemente, essa diferença, que é sutil na vida cotidiana, não é reconhecida, fazendo com que o simples fato de se estar envolvido em múltiplas atividades seja tomado como sinônimo de autonomia do sujeito social. No entanto, a ativação da sociedade, possibilitada pelas novas tecnologias, cria um afã cego por mais atividade e mais consumo, que pode adiar a conquista de formas realmente libertárias de concepção do espaço urbano.

NECESSIDADE ATUAL: OS MUITOS OUTROS DO PLANEJAMENTO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Tais diferenças de sentido precisam ser preservadas num diálogo interdisciplinar mais amplo, que inclua, por exemplo, a ciência política, o direito, a comunicação e a educação. Preservar a diferença entre ação e atividade significa, em última instância, confrontar o século XIX, que ainda é a grande fonte da nossa compreensão disciplinar. Em plena modernidade radicalizada, tendemos a continuar pensando com a cabeça do século XIX e a defender disciplinas como se ainda se estivesse num período de conquista da sua legitimidade acadêmica, próxima da sua defesa como ciência. Em circunstâncias marcadas pela manipulação da informação, preservar esta postura significa abrir mão do confronto com o pensamento dominante, que, por sua natureza instrumental, não respeita barreiras corporativas e nem limites institucionais. Não existem mais objetos disciplinares garantidos

e, sim, objetos a construir em sintonia com a urgência social. Para o cumprimento desta tarefa, os acúmulos disciplinares inspirados no humanismo precisam ser disponibilizados em verdadeiras mesas de negociação que incorporem as novas ciências, como propôs Pablo González Casanova (2006).

Pode ser que as universidades se oponham a esse esforço, criando excessivos obstáculos administrativos. Mas, os pesquisadores podem fazê-lo, visando superar o predomínio do pensamento utilitarista e operacional. Um predomínio que, abrigado em tantas seduções, a tudo banaliza, até mesmo a vida e a morte. Deseja-se viver logo, aqui e agora, de uma vez, tudo o que houver para ser experimentado. Essa visão de mundo, calcada na cultura do instantâneo e no encantamento pela velocidade, instrumentaliza as leituras do espaço e das práticas sociais, fragilizando as novas gerações de pesquisadores e impedindo a superação da colonialidade, conceito trabalhado por Aníbal Quijano. Diz ele: colonialidade não é o mesmo que colonialismo; é a nossa maneira de pensar. O colonialismo é mais evidente. Já a colonialidade, não, está dentro de nós, impedindo ousadias conceituais e de método.

Nos enredos do presente, emerge uma tendência que parece ser fruto direto dos avanços do saber geográfico; mas, que, de fato, não é. Trata-se do excesso de referência ao território. Impressiona como tudo agora é transformado em território, incluindo a conjugação de arte e cotidiano. Também as políticas públicas têm sido traçadas em função do território, tomado como uma espécie da tradução operacional – próxima dos cenários do planejamento estratégico – das estruturas e desigualdades sociais. Essa ênfase no território possui diferentes conotações, inclusive a que transmite a idéia de que a referência ao território é sempre portadora de uma visão progressista da realidade social. Aliás, o mesmo pode ser dito com

relação ao cotidiano, também citado frequentemente como portador, em si mesmo, de promessas de intervenções mais generosas no tecido social.

Com a referência ao território e ao cotidiano, muitas vezes é esquecida a dinâmica entre abundância e escassez e a natureza multiescalar da economia e da política e, logo, do poder. Também são esquecidas, as mobilizações forçadas e a dinâmica dos circuitos espaciais da produção, que definem o uso dos recursos e o futuro das práticas sociais. Além disto, omite-se que as lutas sociais nem sempre guardam correspondência com recursos imediatamente disponíveis; mas, ao contrário, correspondem ao direito de ir e vir, de atravessar fronteiras e de se apropriar de oportunidades instáveis. Portanto, reduzir a vida coletiva a uma única dimensão do espaço pode trazer a intensificação dos mecanismos de controle social, colando as identidades culturais aos elementos mais visíveis da paisagem e restringindo o mapeamento de determinantes das desigualdades sociais.

Esta ênfase no território pode ser reconhecimento como um elemento estratégico da produção de espaços luminosos, já que facilita o enquadramento da dinâmica social em apreensões unidimensionais do espaço. Cola-se o “umbigo” da sociedade no espaço, retendo outros movimentos e racionalidades alternativas. À ação dominante convém destacar isoladamente o território, na medida em que, para ela, este é apenas o último passo do controle exercido sobre o espaço social. Um controle que depende, como Max Weber propôs, do domínio dos pressupostos da ação racional dirigida a fins. Eis a ação estratégica do presente: a ação racional dirigida a fins que inclui o conhecimento mais profundo possível do território. Com esses elementos, pode ser compreendido que o destaque isolado do território expressa alianças entre atores que dominam os condicionantes atuais da ação estratégica: o Estado e as grandes corporações.

Daí a necessidade de valorizar o conceito de território usado proposto por Milton Santos (1994; Santos et al., 2000), que dialoga com os conceitos de homem lento, espaço opaco e rugosidade. O território da ação estratégica, da forma dominante de exercício do poder, que cola a sociedade ao imediatamente visível, é o antagonico do território usado, que valoriza a vida de relações. O território usado aproxima-se teoricamente do espaço banal, o espaço que é de todos e de todas as práticas, incluindo as solidariedades e o agir comunicativo. Com o conceito de território usado, Milton Santos procura reinscrever o território na problemática relacional do espaço, que não se submete a uma única dimensão da vida coletiva. Porque o espaço é relacional, vida de relações, a referência exclusiva ao território reduz a riqueza da problemática do espaço, colaborando para que ocorra, também, a redução dos sentidos da ação. Em vez da incerteza que demarca a problemática da ação social, que pode ser espontânea e dirigida à defesa de valores culturais, tem-se a difusão de uma ação estratégica num espaço vazio de relações.

RETORNANDO AO INÍCIO: SOBRE VIOLÊNCIA E GUERRA

Em vez da ação que preserva a espontaneidade e que procura compreender os muitos outros em suas próprias circunstâncias, adotam-se intervenções que buscam a rendição do Outro, envolto ideologicamente nas propriedades consideradas mais relevantes de um determinado território. Em acréscimo, a redução de sentidos da ação social, que atinge a qualidade da política, traduz-se em militarização do cotidiano, independentemente dos atores sociais envolvidos. Esta tendência manifesta-se na forma de grandes eventos. Mas, aos eventos, segue-se a absorção dos seus princípios no cotidiano urbano, com conseqüências ainda não analisadas para o tecido

social. Por fazer parte da cultura dominante, a militarização não fica restrita às suas origens institucionais. Penetra o senso comum, as reações sociais e as expectativas coletivas.

Há aí algo que precisa ser urgentemente compreendido. Do lado da sociologia, cabe a valorização dos muitos outros do território usado. Do urbanismo crítico, podem ser esperadas contribuições dirigidas à valorização do espaço socialmente apropriado, do território usado, das rugosidades, do homem lento. Esta soma não significa uma segura decodificação do poder, ao contrário. Ainda caberia acrescentar que a redução do espaço ao território, juntamente com a redução da ação social aos termos da ação estratégica, estimula a difusão, sem maiores críticas, de um discurso maniqueísta da experiência coletiva, que opõe o bom e o mau, o amigo (ou irmão) e o inimigo, o eficiente e o amador, o “antelado com o mundo” e o superado. Aliás, o superado talvez possa reconhecido como a mais nova tradução do atrasado, esta entidade sempre perseguida nos períodos de expansão de ondas modernizadoras.

Novas dicotomias interferem na percepção coletiva das relações sociedade - espaço, trazendo o risco de que os seus críticos sejam transformados em verdadeiros traidores de esperanças abstratas inoculadas no senso comum. Nas reduções que faz tempo alimentam as leituras mais difundidas das relações sociedade e espaço, existem diferentes desafios a serem enfrentados por um diálogo interdisciplinar que inclua a reflexão crítica dos usos da técnica e do espetáculo. É necessário construir outra cartografia, que desobedeça à dominante, que conta com a aliança do Estado com a mídia hegemônica. São indispensáveis outros usos da técnica e outras linguagens, que rompam a seleção espacial e social produzida pelas interpretações mais veiculadas da vida coletiva. Uma seleção que escolhe lugares para o imaginário urbano e que tende a

substituir o discurso do habitante pelo da imprensa: “A sociedade quer isto ou aquilo”, “A sociedade quer paz”. Interpretam-se gestos na rapidez desejada para a notícia.

Realmente, precisa-se de uma nova cartografia, de uma cartografia da ação que inclua as descobertas, e também as mazelas, do cotidiano. Esta cartografia, não necessariamente expressa em mapas, relacionada ao diálogo entre urbanismo e sociologia aqui proposto, deverá enfrentar os desafios epistemológicos da indissociabilidade entre espaço e tempo. Um enfrentamento que é exigido pela reflexão do território usado, do homem lento e da rugoridade. Há, concretamente, uma sociedade profundamente ativa sem representações sociais correspondentes, o que facilita a difusão dos códigos comportamentais da modernização passiva e a defesa dos mega projetos que prometem o êxtase da ação ubíqua, sem fronteiras e absolutamente atualizada.

Entre os discursos que confirmam diretrizes da modernização passiva, estão os que atestam, sem mais, a apatia política dos setores populares, excluídos dos denominados formadores de opinião, ou que interpretam as ações em curso como distantes daquelas que deveriam existir segundo o exemplo dos países centrais, o que termina por anular a importância dos sujeitos e atores sociais. Existe, de fato, uma vitalidade social extraordinária que é sistematicamente recusada em representações da vida urbana. Uma vitalidade submetida a leituras simplificadoras ou negativistas, formuladas sem empatia por analistas que se alçam à posição de intérpretes ou tradutores dos anseios da sociedade.

Hoje, é necessária uma cartografia que valorize contextos da ação, vínculos sociais, vivências e experiências. Uma cartografia objetiva e subjetiva que não renegue o pequeno, aquilo que, mesmo fugaz, pode ser de extrema importância por constituir-se na única resistência possível nos

enredos e descaminhos do mapa do medo. Este último é o mapa preferido da mídia hegemônica, que confunde evento e cotidiano e, ainda, conflito e guerra. O mapa do medo tende a não permitir o reconhecimento da diferença entre “viração” e crime e, assim, a desconsiderar os significados de uso legítimo do espaço urbano que orientam a ação dos muitos outros. Na cartografia predominante, desaparece a vida de relações, empobrecendo as representações da experiência social. Um exemplo: nesta cartografia, não pode constar o isqueiro pendurado na árvore que resiste à proibição de sua oferta aos que compram cigarro nas bancas de jornais do Rio.

Com a redução estratégica da complexidade pela ação dominante, ocorrem perdas disciplinares e bloqueia-se o recurso, antes postulado, à filosofia e à arte em apoio ao diálogo interdisciplinar. Ainda com maior gravidade, essa redução – tão bem aceita pelos que apreciam jogos de guerra – dificulta a defesa dos direitos humanos, por ameaçar os muitos outros com a sua absorção na figura do inimigo. A militarização do cotidiano contribui para o enxugamento dos vínculos sociais, forçando a lealdade absoluta a um lado da “guerra” e facilitando o descaso pelos que recusam ou não podem realizar esta escolha. A fragilidade dos mediadores considerados legítimos também colabora para o aumento da violência, sustentando a adesão aos meios violentos de agenciamento da vida coletiva.

TERRITÓRIO E VISÃO CENSITÁRIA DA SOCIEDADE

Superar as representações hegemônicas do espaço popular implica em confrontar a noção predominante de território, permitindo o reconhecimento de historicidades singulares, da potência de sujeito dos muitos outros, da rugosidade que permite a sua sobrevivência e dos vínculos sociais que transcendem a visão censitária

da sociedade, ou seja, a colagem da população ao espaço através do domicílio. Como se sabe, a visão censitária pertence ao Estado e às organizações da sociedade civil que nele conseguem influir. Outras leituras de território e povoamento, que contemplem os muitos outros, podem ser construídas através, por exemplo, da reconstrução analítica do cotidiano, da valorização da geografia das práticas sociais, da sociabilidade e da dinâmica do território usado. Com o conceito de território usado, diminuem a abstração e a influência de imagens pseudo concretas do espaço que conduzem a ação dominante.

O conceito de território usado, assim como o de espaço banal, confronta alisamentos do espaço produzidos pelo Estado moderno. Alisamentos e abstrações normativas, facilitadoras da incessante ampliação das escalas de realização do lucro, apagam memórias, aprendizados, projetos e sentidos da ação e anulam as conquistas do homem lento. Mas, os contextos criados pela vida de relações trazem à tona a experiência social. A cidade viva e experimental, e plena de rugosidades, não morreu. Apesar dos impactos da crise societária, esta cidade permanece ativa na tessitura do cotidiano. Daí a importância do reconhecimento da ação possível ao sujeito social. É este o sujeito da cartografia da ação, que habita (e produz) território usado. Sem esta cartografia, viabiliza-se a afirmação de leituras da experiência urbana que, em vez da negociação, propõem idealmente a rendição (ou eliminação física) dos muitos outros.

É necessário alargar o diálogo entre disciplinas e com outros saberes, para que o espaço banal não seja confundido com a banalização do controle social e da violência. Mais do que nunca, se faz necessária uma episteme dialógica, que se comprometa com todos os outros, os muitos outros. Assim, será possível contrariar a ação que acontece “de cima para baixo” com representações da experiência

social baseadas em apreensões horizontais (e cooperativas) da vida coletiva.

No reconhecimento da vitalidade do tecido social, é necessário reconhecer que a complexidade da vida urbana manifesta-se em todos os lugares, o que exige a superação do uso preponderante do “localizador social” representado pelo domicílio, que tem sido utilizado, sem maiores reflexões, como norte da interpretação da dinâmica social. O território usado não tem limites pré-estabelecidos, admitindo diferentes escalas e a ação apenas tentativa e espontânea. O recurso ao conceito de território usado aumenta as oportunidades de fala dos muitos outros.

SOBRE ESPAÇO OPACO

Na reflexão deste conceito, é necessário destacar, inicialmente, a longa duração do ideário da iluminação, bastando citar: “a luz da razão”, “a luz da inteligência”; “a luz do espírito”. À luz, associada ao conhecimento, à ciência, à arte superior e à metafísica, se opõe, tanto na religião como na ciência, à escuridão dos sentidos, às pulsões da carne, ao pecado e aos meandros mais ameaçadores da natureza. A luz, refletindo e permitindo o exercício da visão, constitui-se na síntese entre técnica e ação subjacente às propostas de evolução, progresso e controle dos aspectos mais renegados da existência. Seria o oposto dos pesadelos ancestrais associados à natureza descontrolada e, no presente, de ameaças que tanto renovam esses pesadelos como incluem o conhecimento trazido pelo avanço da ciência, como exemplificam as micro e nano formas de vida que se introduzem na (e são) matéria.

Há um nexos quase genético entre luz do espírito e iluminação da matéria, entre metafísica e espaço físico. Um nexos que conduz anseios de modernidade e de modernização. A luz também escolhe, seleciona e oculta, engrandecendo

espaços, transformados em espaços luminosos, e esmaecendo ou esquecendo outros, abandonados em sua opacidade. Uma opacidade que se aproxima da falta de importância, do desinteresse, do literal apagamento e do radicalmente negativo. Os espaços opacos seriam espaços da sobrevivência, enquanto os espaços luminosos seriam espaços de reconhecimento, da valorização e, enfim, da vida plena, clean e justa que, envolta em beleza, não teme se expor e, até mesmo, se oferece à exposição e às celebrações laicas.

Os espaços luminosos são mais do que espaços simplesmente iluminados. Os espaços luminosos, no meu entender, seriam produtos da razão que amplifica estrategicamente comandos da modernidade. Denotam a força da racionalização emanada do pensamento instrumental, que, ao selecionar o que tem ou não valor, é capaz de seduzir e convencer. Os espaços luminosos engrandecem a visão, oferecendo materializações imediatas e indícios da visão de mundo desejada e desejável. Nestes espaços, são criadas formas de leitura das hierarquias sociais e ativismos controlados pelas ofertas dos novos serviços. Os espaços luminosos são, portanto, ativos; mas, a sua condensação de atividades não se traduz em oportunidades de ação plena. Esta se encontra reserva aos detém o poder de criá-los e mantê-los sob as luzes do sempre mais moderno.

Esses espaços, carregados de técnica e dependentes da técnica, se propõem como manifestações do presente -> futuro. E, assim, se apresentam como dotados da flexibilidade / liberdade prometida pelo acesso excepcional aos produtos da última modernidade. São cada vez mais grandiosos, os equipamentos que permitem a iluminação excepcional. Milton Santos desconstrói a adesão a esses espaços, desejada instantânea pela ação dominante, através do reconhecimento da sua rigidez e da sua perigosa artificialidade, ao que

acrescentamos que essas características dos espaços luminosos impossibilitam a elaboração de “visões de mundo” em pleno sentido.

O excesso de luz, produzido pela técnica e pela máquina, também traz cegueira. Este excesso, condutor das ações celebradas pela mídia hegemônica, impede a percepção de possibilidades de ação alternativa e, assim, de racionalidades alternativas. Relato, aqui, uma experiência recente. Há muito tempo, não olhava um céu estrelado. Recentemente, tive a oportunidade de fazê-lo. Para isto, caminhei sem ver durante certo tempo, pisando muito lentamente e de forma insegura. Para ver o que não via, precisei deixar de ver o que via sempre. Precisei trocar de cegueira.

Ao retornar pelo mesmo caminho, comecei a ver o que no momento anterior não conseguia ver, através de uma luz delicada, suave e apenas possível, correspondente ao acionamento de recursos orgânicos geralmente não utilizados. Teríamos, aqui, um exemplo da instrumentalização do corpo que direciona a ação para os espaços luminosos, ou melhor, de um ajuste social do corpo que explica a adesão coletiva aos espaços luminosos e a rejeição dos espaços opacos? Há uma adaptação muito mais forte do que conseguimos imaginar, num primeiro momento, às condições de habitabilidade oferecidas pelos espaços luminosos?

Em oposição aos espaços luminosos – celebrados e propícios à afirmação de celebridades – Milton Santos propôs a categoria espaço opaco. Este espaço seria orgânico e, por isto, efetivamente flexível, plástico e, não, pretensamente fluido, como ocorre com relação aos espaços luminosos. Para apreender esta diretriz analítica, é necessário recordar os dois grandes paradigmas da ciência moderna: o mecânico e o orgânico. Com esta citação, fazemos referência à dupla face dos fenômenos sociais, tratadas, por exemplo, por Durkheim e

Tönnies. Essas faces dialogam com diferentes outras ciências e coexistem na análise da vida social.

A face mecânica possibilita e orienta a reflexão do artificialismo e dos automatismos presentes na vida social. Trata-se da existência de verdadeiros mecanismos de produção e reprodução da sociedade, que interferem, inclusive, no cotidiano. Já a face orgânica elabora os dispositivos associados à natureza da própria sociedade, seguindo, em seu permanente refazer, a preservação historicamente possível do ser social, que é, sempre, obra coletiva. Nesta face, vicejam a ação espontânea, os vínculos e normas sociais, inculcadas nos indivíduos e grupos sociais. Também dispomos para a reflexão deste paradigma, da obra de Marcel Mauss e de Maurice Godelier.

Em grosso modo, poderíamos dizer que os espaços luminosos, passíveis de interpretação com base no paradigma da mecânica, correspondem aos vetores mais avançados da produção, abrigados em ideários produtivistas. Já os espaços orgânicos, correspondem às formas inaugurais da vida que se inscreve e resiste nos espaços abandonados por sucessivas modernizações ou naquele espaço que “não importa”. Trata-se do espaço da vida, do espaço de Eros, do espaço do alimento, da adoção e da sobrevivência dos muitos outros.

Para Milton Santos, os espaços opacos, representados como feios, sem interesse ou perigosos pelo pensamento dominante, oferecem materializações de racionalidades alternativas e saberes relacionados à apropriação socialmente necessária dos recursos disponíveis, possibilitando a sua multiplicação. São espaços com menos técnica e mais inventividade, com menos dominação e mais domínio, o que estimula a articulação entre esses espaços e a problemática trazida pela consideração do corpo na leitura do espaço-tempo. O espaço opaco instaura o enigma da invisibilidade do muitíssimo visível. Introduce, ainda, a importância

que deve ser atribuída aos movimentos de iluminação de espaços opacos (como exemplifica a intervenção no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro) ou de extensão da opacidade a espaços luminosos (como exemplificam as áreas degradadas dos centros históricos).

Ainda seria relevante refletir a curta ou longa duração desses processos. A iluminação acompanha a lógica apoiada em eventos da promoção atual de cidades e lugares. Nesta direção, introduz ou substitui transformações estruturais, criando impedimentos simbólicos que retêm formas populares, clandestinas ou os ensaios de apropriação do espaço urbano. A opacidade abriga-se, em geral, em determinantes estruturais e, logo, em processos de longa duração. Mas, também pode estar relacionada à subordinação de formas de produzir e de sobreviver. Caberia indagar, por outro lado, se a opacidade também não resultaria, por vezes, das próprias estratégias de sobrevivência dos setores populares.

SOBRE RUGOSIDADE

O conceito de rugosidade refere-se à concepção do espaço como acúmulo de tempos, ou seja, enfrenta os enigmas teóricos relacionados à indissociabilidade entre espaço e tempo. Da mesma forma, este conceito valoriza a historicidade que conforma a espacialidade, que é por ela expressa e contida. Trata-se do resultado de um investimento teórico dedicado à valorização do poder de determinação detido pelo espaço e, portanto, à causalidade espacial da dinâmica econômica, sócio-política e cultural. Este conceito obriga à consideração da autonomia relativa da instância espacial na estrutura das formações sociais e, assim, nas possibilidades históricas de sua transformação.

A rugosidade, como acúmulo de tempos que conforma o espaço, condiciona os futuros possíveis. Interfere na disputa entre futuros que acontece a

cada momento, para aqui recordarmos a leitura de Lefebvre do devir social. Na rugosidade, também podem ser reconhecidas as marcas dos futuros do pretérito, trabalhados por Benjamin; marcas que, não raramente, aparecem como ausências, o que deveria estar ali e não mais está ou que deveria ter estado e que nunca esteve. Há causalidade na rugosidade, assim como, delimitação da ação possível. A rugosidade é vinco, conjunto de rugas, marcas, memórias.

Sem ela, não existiriam sobrevivências que particularizam e singularizam as formações sociais e, especialmente, os lugares. Sem ela, não existiriam, também, a viração, a sagacidade e as ruses trabalhadas por Certeau e Alessia de Biasi. A rugosidade corresponde ao prático inerte formulado por Sartre, constituído pelos elementos materiais que formam parte relevante da condição humana, incluindo as suas possibilidades de desvendamento de ações libertárias e libertadoras. Na rugosidade, coexistem grilhões, que podem surgir como ordens acumuladas, segregações, formas de controle social, modernizações parciais e excludentes, e recursos que possibilitam a ação do homem lento. Este é assim um conceito que alimenta a reflexão de um humanismo concreto.

A rugosidade é uma propriedade inerente do espaço herdado, do espaço banal e do território usado. Constitui-se numa propriedade que denuncia o limite e a seletividade das modernizações passadas e, em consequência, a parcialidade da força homogeneizante do capital. Uma parcialidade que corresponde às contradições sociais geradas no âmago do capitalismo e que resiste à hegemonia dos espaços luminosos por recordar e permitir a recriação de espaços opacos. Mas, na rugosidade, não devem ser reconhecidos, apenas, os elementos que propiciam a ação dos muitos outros. Nela, também é necessário reconhecer a “totalidade do diabo”, denunciada por Milton Santos no seu estudo sobre a Tanzânia.

A rugosidade, ao mesmo tempo em que permite o afloramento de racionalidades alternativas e a sobrevivência dos muitos outros, opondo-se à cosmética espacial, pode conter as marcas de passados que impedem a concretização de projetos políticos socialmente generosos. A rugosidade é formada por estruturas e hierarquias herdadas, como exemplificam as despidoradamente chamadas “áreas nobres” das grandes cidades, que impossibilitam a materialização de futuros alternativos. Trata-se da existência de estruturas estruturadoras da ação social, que dissolvem ideários nas entranhas de pretéritos sem retorno viável, impossibilitando a sua manifestação como estruturas estruturantes.

O reconhecimento da rugosidade, nas grandes cidades, impõe um trabalho interdisciplinar dedicado à diacronia, manifesta nos diferentes tempos contidos na materialidade urbana, e à sincronia produzida pela ação, mais ou menos eficaz para diferentes sujeitos e atores sociais. Neste trabalho, será necessário considerar efeitos e sentidos dos objetos urbanos e, ainda, os encaixes (e desencaixes) produzidos pela ação social em cada período histórico e em cada conjuntura urbana mais significativa. Nesta direção, talvez seja possível reconhecer nexos teóricos relevantes entre rugosidade e o conceito de campo de historicidade proposto por Alain Touraine. Com o auxílio deste último conceito, é possível compreender que, na rugosidade, existem heranças institucionais e formas de organização social que estimulam (ou não) a emergência de movimentos sociais.

A rugosidade é um conceito pleno, que ultrapassa funções relacionadas à classificação do observado. Pode orientar genealogias e arqueologias. Além disto, possui a potência necessária à condução do diálogo interdisciplinar, articulando as ciências do espaço (geografia e urbanismo) à sociologia e demais ciências sociais comprometidas com

a reflexão das relações sociedade-espço. Neste diálogo, destaca-se o norte representado pela questão do poder, na medida em que a rugosidade decorre do seu exercício e da vitalidade das forças que a ele se opõem.

No que tange a sociologia, proponho, recordando Guimarães Rosa, que a sua contribuição seja compreendida como uma espécie de Terceira Margem. A sua relação com a questão do poder é profundamente diferente da relação historicamente mantida pela geografia e pelo urbanismo. A sociologia emerge como uma disciplina dedicada à análise e, logo, à decodificação das regras e normas sociais nas sociedades complexas, que também formam e envolvem o pesquisador. Por esta razão, detém uma reflexividade estimulada pelo desvendamento dos mecanismos do poder e pelo encontro de métodos e técnicas de pesquisa que permitam, ao analista, estranhar a sociedade da qual faz parte.

É neste estranhamento, que não impossibilita a emoção ou o deixar-se afetar pelos muitos outros, que reside a principal contribuição que pode ser esperada da sociologia ao diálogo interdisciplinar. Aí está a sua Terceira Margem. É a partir dela que formulamos três perguntas simples: (1) – por que o espaço e, especialmente, o território adquiriram tanta relevância no presente?; (2) – o caminho do leve, do fugaz, do impermanente e do passageiro é o único caminho que garante o escape dos comandos dos interesses dominantes?; (3) – como o tempo da cooperação, da gratuidade e da ação espontânea poderia ser (ou tem sido) incorporado pelo urbanismo crítico? 

BARROS, Manuel de. **Encantador de palavra**, 2000. Edição portuguesa. Organização e seleção Walter Hugo Mãe. Vila Nova de Famalicão, Quasi, 2000.

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. **As novas ciências e as humanidades: da academia à política**. São Paulo: Boitempo, 2006.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos – 1: 1910-1920**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Cadernos do cárcere 2: Maquiavel**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. **Cadernos do cárcere 3: Intelectuais**. Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2000b.

GUATTARI, Félix. **Espaço e poder: A criação de território na cidade**. n.º 16. Revista Espaço & Debate. São Paulo, 1985.

GIDDENS, Anthony. **The consequences of modernity**. Stanford University Press, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**, Rio de Janeiro: Vitória, 1963.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2. ed. Brasília: Ed UnB, 1992.

QUIJANO, Anibal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina." In: Edgardo Lander (Org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires, CLACSO, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf/>.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "A força do passado. Nem tudo que é sólido desmancha no ar" In Sarah Feldman e Ana Fernandes (Org.) **O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, conflitos**, Salvador, EDUFBA, 2007.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. "Cartografia da ação social: Região latino-americana e novo desenvolvimento urbano" In Héctor Poggiese e Tamara Tania Cohen Egler (Org.) **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática**. Buenos Aires, CLACSO, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/14torres.pdf/>.

RIBEIRO, Ana Clara Torres et al. **Por uma cartografia da ação: pequeno ensaio de método**. Cadernos IPPUR, Ano XV, N.2 e Ano XVI, N.1, 2001 e 2002.

RIBEIRO, Ana Clara Torres e SILVA, Cátia Antonia da. "Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo". In: Ana Clara Torres Ribeiro (Org.) **El rostro urbano de América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, 2004. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural1/p6art3.pdf>

SANTOS, Milton et. al. **O papel ativo da Geografia: Manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos, Florianópolis, julho de 2000.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta**. *Cidades*, v. 7, n.11, 2010.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília: Editora UNB, 2009 (v.1).